



**PARECER PRÉVIO Nº 20/2022 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº 12210/2020.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de Careiro.
- 4- **Exercício:** 2019.
- 5- **Responsável:** Nathan Macena de Souza (Prefeito Municipal).
- 6- **Advogado:** Isaac Luiz Miranda Almas - OAB/AM 12199, Bruna Vasconcellos Ribeiro – OAB/AM 12800, Adriane Larusha de Oliveira Alves – OAB/AM 10860 e Regina Rolo Rodrigues – OAB/AM 12122.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI e DICOP.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 577/2022-DIMP, Dra. Evelyn Freire de Carvalho, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Luis Fabian Pereira Barbosa.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Careiro. Exercício de 2019.

Emissão de Parecer Prévio recomendando a aprovação com ressalvas das contas anuais. Encaminhamento.

**10- PARECER PRÉVIO:**

**O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS**, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c art. 127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constituição nº 15/95, art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts. 1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, o voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal:

**10.1. Emite Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal a aprovação com ressalvas das contas da Prefeitura do Município de Careiro**, relativas ao **exercício de 2019**, de responsabilidade do Prefeito, **Sr. Nathan Macena de Souza**, conforme fundamentado no Relatório e Voto, em observância ao art. 71, I, da Constituição Federal e do art. 40, inciso I, e art. 127, cabeça e parágrafos segundo e quarto, da Constituição do Estado do Amazonas.

**10.2. Encaminhar**, após a sua devida publicação, este Parecer Prévio, acompanhado do Relatório-Voto e de cópia integral deste Processo à Câmara Municipal de Careiro, para que ela, exercendo a competência que lhe é fixada pelo art. 127 e parágrafos, da Constituição do Estado do Amazonas, realize o julgamento das referidas contas, observando, sobretudo, o seguinte (parágrafos quinto, sexto e sétimo do art. 127, da Constituição do Estado):



**PARECER PRÉVIO Nº 20/2022 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

*O julgamento das Contas da Prefeitura Municipal pela Câmara de Vereadores se dará no prazo de sessenta dias, após a publicação no Diário Oficial do Estado do parecer prévio emitido pelo Tribunal de Contas do Estado ou, estando a Câmara em recesso, até o sexagésimo dia do início da sessão legislativa seguinte.*

*Decorrido o prazo estabelecido no parágrafo anterior sem deliberação pela Câmara Municipal, as contas juntamente com o parecer do Tribunal serão incluídos na ordem do dia, sobrestando-se a deliberação quanto aos demais assuntos, para que ultime a votação.*

*O parecer prévio, emitido pelo Tribunal de Contas do Estado sobre as contas que o Prefeito deve anualmente prestar, só deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal.*

- 11- Ata:** 15ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.
- 12- Data da Sessão:** 4 de Maio de 2022
- 13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente – não votou), Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Josué Cláudio de Souza Neto, Luis Fabian Pereira Barbosa e Alber Furtado de Oliveira Júnior (Convocado).
- 14- Representante do Ministério Público de Contas:** Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral, em substituição.

**ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA**  
Conselheiro-Presidente

**LUIS FABIAN PEREIRA BARBOSA**  
Conselheiro Relator

**ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR**  
Conselheiro

**YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**  
Conselheira

**JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA NETO**  
Conselheiro

**ALBER FURTADO DE OLIVEIRA JÚNIOR**  
Conselheiro-Convocado

**ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA**  
Procurador-Geral, em substituição



**ACÓRDÃO Nº 20/2022 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 20/2022 – TCE – Tribunal Pleno)**

- 1- **Processo TCE - AM nº 12210/2020.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de Careiro.
- 4- **Exercício:** 2019.
- 5- **Responsável:** Nathan Macena de Souza (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Isaac Luiz Miranda Almas - OAB/AM 12199, Bruna Vasconcellos Ribeiro – OAB/AM 12800, Adriane Larusha de Oliveira Alves – OAB/AM 10860 e Regina Rolo Rodrigues – OAB/AM 12122.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI e DICOP.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 577/2022-DIMP, Dra. Evelyn Freire de Carvalho, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Luis Fabian Pereira Barbosa.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Careiro. Exercício de 2019.

Determinação. Recomendação. Ciência.

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, que passa a ser parte integrante do Parecer Prévio, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Determinar** à Secretaria de Controle Externo que, examinando as impropriedades consideradas não sanadas pela DICAMI e DICOP e pelo d. Ministério Público de Contas, em atenção à competência prevista no art. 73-A, da Lei Complementar nº 100/2000, adote as providências cabíveis à autuação de processos apartados neste Tribunal de Contas para devida apuração.
- 10.2. **Recomendar** à Prefeitura Municipal de Careiro que cumpra com rigor o prazo para publicação do RREO.
- 10.3. **Dar ciência** ao Sr. Nathan Macena de Souza, por meio de seus patronos devidamente constituídos (fls.1178), sobre o decisório prolatado.

11- **Ata:** 15ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- **Data da Sessão:** 4 de Maio de 2022



**ACÓRDÃO Nº 20/2022 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 20/2022 – TCE – Tribunal Pleno)**

- 13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente – não votou), Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Josué Cláudio de Souza Neto, Luis Fabian Pereira Barbosa e Alber Furtado de Oliveira Júnior (Convocado).
- 14- Representante do Ministério Público:** Dra. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral, em substituição.

**ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA**  
Conselheiro-Presidente

**LUIS FABIAN PEREIRA BARBOSA**  
Conselheiro Relator

**ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA**  
Procurador-Geral, em substituição